

Pela tradição dos oprimidos: as histórias de cima, a crise da dominação senhorial e o valor da democracia (Itabuna, década de 1950)

Prof. Msc. Erahsto Felício de Sousa*

Qual história deve interessar para aqueles que se filiam nas lutas de hoje? Quanto devemos nos distanciar de conformismos com histórias que, contados nos dias de hoje, retiram poder e vida daqueles que viveram ontem? Ainda é possível contemplarmos com distanciamento a obra de barbárie que a historiografia do sul da Bahia produziu sobre esta região? Nesta comunicação, buscarei analisar como uma filiação de jovens historiadores à tradição dos oprimidos pode contribuir com uma renovação historiográfica, cujo objetivo é o engajamento do sujeito político historiador.

Em nosso grupo de pesquisa (Conflito Bahia, sediado na UESC) não foi incomum diálogos onde, na luta por dar o protagonismo ao subalterno, chegamos a caricaturar o poder de forma muito aquém da noção de dominação de classe. Ainda não escrevemos esta caricatura teórica sobre o poder e a classe – e nem o farei aqui. Mas o importante é perceber que desse nosso esforço reflexivo de ver o subalterno em seu poder começou a surgir uma noção mais política da história e da sociedade em que vivemos.

Philippe Carvalho esteve esforçando para incluir em nosso leque das resistências, histórias de trabalhadores que desafiaram os poderes dos coronéisⁱ. Em áreas diferentes, pesquisadores de antes viam os coronéis como sujeitos completos de poder. O sociólogo Gustavo Falcón os via como capazes de ter “poder de vida e morte”ⁱⁱ, a geógrafa Lurdes Bertol Rocha afirmou que “a identidade da terra do cacau era composta pela força do fazendeiro, pela submissão e ignorância do trabalhador rural, pelos jagunços, meretrizes, com seus costumes, credices e superstições”ⁱⁱⁱ e o historiador Antonio Pereira Sousa os representavam como “senhores maiores, em torno de quem tudo mais circula e acontece; proprietários das maiores roças de cacau, símbolo incontentável de poder”. Neste quesito é salutar afirmar que, no último caso, a poética utilizada no texto para interpretar uma obra ficcional de Jorge Amado (*Terras do sem fim*) levou à uma fugacidade das afirmações, ficando, por vezes, difícil saber a quem, historiador ou Jorge Amado (que o autor tomou como “fonte principal”), atribuir as afirmações totalitárias sobre o poder dos coronéis. Entretanto, Antonio Pereira de Sousa crê que a análise do texto literário permitiu dar “visibilidade a um mundo dominado pelo mandonismo de homens que se apropriaram de terras do Sul da Bahia e, com isso, polarizaram *toda vida*

social e toda vida política da região” (grifo meu). Malgrado totalitarismo, o autor ainda afirma que “os coronéis de *Terras do Sem Fim* são historicizados vindos de um mundo não testemunhado”^{iv}. Talvez a pesquisa de Philipe Carvalho ponha um fim neste totalitarismo e talvez prove que o mundo dos coronéis foi testemunhado de forma tal que não caiba mais continuar a tomar Jorge Amado como único depositário de um testemunho sobre parte da história da região cacauera, bem como ajude-nos a questionar o poder de vida e de morte de Falcón e renunciar ao preconceito ao subalterno tomado como submisso e ignorante, por Bertol Rocha.

A ideia totalitária do poder do coronel ainda permeia a produção historiográfica regional no sul da Bahia, mesmo as mais recentes, como é o caso da pesquisa de Eduardo Santos sobre aforamento num bairro popular de Itabuna, que ao afirmar o mandonismo e coronelismo na história de Itabuna, não faz qualquer ressalva crítica à esta noção extremada de poder^v. O momento histórico que Philipe pesquisa tem hoje um peso em termos de crítica a tais questões. Primeiro por ter sido na primeiras décadas do século XX que autores como Gustavo Falcón e Antonio Guerreiro de Freitas^{vi}, por exemplo, se debruçaram para defender a ideia do poder totalitário dos coronéis. Daí se torna importante a investigação neste mesmo campo. Segundo, porque toda uma tradição historiográfica brasileira parece temporalizar o fenômeno dos coronéis como de pertença daquele período. E aqui parece que ainda não se maturou a noção segundo a qual a história é vivida em tempos não sincrônicos a partir dos diferentes lugares.

Nesta pesquisa recente Philipe interrompe a história do poder coronelístico para ver o momento em que ele se silencia e dá lugar à ação de grupos “de baixo”. Em sua comunicação do XX Simpósio Nacional de História, ele apresentou os contornos desta crítica e afirmou que o termo “insubordinação” não tem ainda nada haver com uma luta ideológica crítica contra os coronéis. Trata-se melhor de perceber a vulnerabilidade deste poder a partir de práticas marginais (roubo, contendas...). Em suas palavras,

apesar da expressão política e econômica dos coronéis locais, a ação de grupos de trabalhadores parecia colocar em questão o controle exercido pelas elites. Os roubos de cacau, as ameaças de invasão às fazendas e a insubordinação de trabalhadores às ordens dos jagunços são indícios de que havia uma agência 'dos de baixo' nas franjas das imposições dos coronéis.

Estes sinais aparecem aqui como uma prova da “insubordinação” e o papel que os coronéis recebem nesta história é menos de protagonista e mais de um lugar visitado por muitos insubordinados. Ainda não temos como precisar quais foram as consequências desta agência dos de baixo e nem de que maneira isso assegurou algum poder ou territorialidade ao subalternos. Entretanto se a hipótese de Philipe de que “talvez,

preocupados em afirmar seu poder no plano político e econômico, os coronéis tenham sido afrontados no plano da insubordinação cultural pelos seus trabalhadores”^{vii} for correta, podemos começar a vislumbrar uma cultura política de autonomia e insubordinação subalterna que chegou à década de 1950 e que impunha limites muito mais claros do que os aceitos aos poderes das classes hegemônicas.

Ainda sem apostas para esta hipótese e sem sustentar a cultura de resistência, as novas investidas de Philipe começam a nos dar elementos para pensar que o temor social não era sentido apenas pelos subalternos ao verem os coronéis. Diria que começamos a distribuir os medos e a potência dos de cima e dos de baixo.

A própria monografia de Gissele Moura já nos dava pista de que o medo, como um componente do controle social, não era apenas sentido do lado subalterno. Ela mostra que o clima de insegurança permeava as classes dirigentes de Itabuna no ano de 1955, chegando ao ponto de merecer intervenção de autoridades locais. Neste momento eram os crimes de mando que pareciam atemorizar as autoridades. A violência gestada por elites estava deixando em pânico parte desta própria elite. A circulação da notícia de que havia uma lista de morte com nome de sujeitos da elite itabunense pôs os vereadores naquele ano em agitadas discussões e em um esforço para serenar os ânimos para que se voltasse a paz à dita cidade civilizada. E é neste quesito, reafirmação do atributo “civilizado” que Gissele Moura impõe seu esforço interpretativo, citando frases de jornais tais como: “isto tem sido a mancha maior da cidade.(...) a falta de civilidade e urbanismo nos envergonha” ou “a cidade de Itabuna precisava corresponder ao *status* de cidade civilizada”^{viii}. Depreende-se daí que a insegurança vivida pelas elites locais precisava ser sanada para um retorno à um *status* considerado perdido.

Tanto no texto Philipe como no de Gissele podemos ler os rastros pouco mencionados do poder dos coronéis. Em um ele é desafiado, em outro ele está descontrolado – exceção feita ao caso dos Cauassús descrito por Philipe, onde parece que grupos de jagunços foram contratados por políticos, mas saíram do controle destes^{ix}. Ambos os casos parecem produzir um problema de pacto de poder local e possivelmente de medo social. Quando este poder era desafiado é como se algo estivesse insuficiente ou carente. Quando ele estava descontrolado, parece sobrar ou exceder. Nestes dois casos, eu sugiro, que há uma ampliação da margem de manobra do subalterno, bem como um crise na coerência da dominação. (Imaginemos que a invenção de listas de morte pudessem ser usadas pelos próprios subalternos e que o temor das elites produzissem táticas de deslocamento dos poderes locais^x.)

Do período de 1915 até 1930 (trabalhado por Philipe) até a década de 1950 (que

Gissele analisa) há uma mudança no padrão político-discursivo, e diria no próprio corpo das classes hegemônicas locais. O padrão modernizador que analisei em minha dissertação^{xi} não devia existir antes da década de 1930. Ele tem uma faceta – e mesmo uma prática de debate político – democrática pouco imaginável na política da República Velha (ainda que tenhamos que desconfiar dos arquétipos produzidos para interpretar estes importantes recortes históricos). Na década de 1950 começamos a observar a reação política às formas tradicionalistas de mando e uma luta pela organização democrática da sociedade.

O Intransigente (de propriedade de um coronel) na década de 1950 apresentava críticas ao paternalismo e aos crimes de coronéis. Este tipo de crítica sugere que há um novo modelo de política que se queria em voga. Que a estrutura política começava a ser exercida por uma elite que se queria aparentemente democrática. Apesar de ainda existir uma dominação senhorial, começamos a perceber a dificuldade de manutenção discursiva desta e, inclusive, uma desorganização da coerência desta dominação (ladrões, feirantes, mendigos... afrontando as políticas e a imposição cultural de cima, etc). A perda desta dominação precisava, então, ser suprida com uma aceitação da ordem democrática liberal nos termos da manutenção do poder nas mãos dos mesmos grupos que governavam antes de 1930, entretanto agora renovados – Philippe Carvalho e Marcelo Lins sugerem que não há uma grande ruptura com ascensão de Vargas, que os políticos são quase os mesmos com uma nova roupagem^{xii}.

O Voz de Itabuna em março de 1950 já bradava contra esta política de dominação. O jornal ptbista acusava setores da UDN e outros políticos estarem realizando “preparativos bélicos” para as eleições. Era “a política do crê ou morre” que começava “a por a cabeça de fóra”. Para o editor da matéria, “essa gente podre, carcomida, decaída, tem mesmo a coragem de estabelecer o pânico no seio da família itabunense”. Contudo, o próprio jornal buscava mostrar que o tempo da democracia já tinha chegado e que “foi-se o tempo que se amarrava cachorro com linguiça”. A violência eleitoral não deveria sobreviver numa cidade onde os ideais de civilidade e progresso ressoavam nas páginas dos jornais. Era preciso lutar pela democracia e repelir aquela dominação baseada na força: “o município de Itabuna é uma expressão de progresso, apesar de tudo, e o seu povo civilizado repelirá energicamente, tudo isso...”.^{xiii} Como se vê, ao nível da vontade e do discurso, esta dominação parecia estar em falência. Não apenas porque parecia diminuir em relação à imagem do passado de grandes disputas pela terra, mas porque era necessário criticar tais práticas e lutar por outra representação da cidade.

Para analisar a perda desta dominação senhorial, observemos o caso do crime

sofrido por um tropeiro em 1951. Tratava-se de Manoel Santana que estando sem ocupação teria sido chamado pelo gerente de fazendas Celestino Oliveira para trabalhar numa fazenda administrada por ele. Manoel aceitou e levou mulher e filho para a fazenda São Pedro, no município de Canavieiras. Lá chegando “foi posto a morar num casebre junto a outra família”, o que para o editor de *O Intransigente* “já começara mal”. Tendo levado “mantimentos de bôca”, sem muito serviço estes acabaram e “teve que recorrer ao barracão para comprar fiado, pelo preço do diabo”. Como Celestino não apareceu durante dias e não havia trabalho, Manoel se pôs a procurar trabalho e o fazendeiro vizinha Arquimedes o acolheu para que pudesse pagar sua manutenção e Cr\$ 60,00 para Celestino, referente à passagem que este tinha lhe pago. Passado pouco tempo Celestino apareceu e incriminou Manoel por ter abandonado o emprego e por estar te devendo. Arquimedes diz que “tudo se acertava, pois estava o homem [Manoel] no trabalho e restituiria o dinheiro do debito”. Acontece que dias depois a mulher de Manoel ficou doente e este teve que a levar até o povoado de Roy para cuidar dela. Ao vê-lo Celestino “chamou um soldado, mandou prendê-lo e espanca-lo. O soldado Antonio, como um bandido qualquer, usou uma taca até deixa-la em farrapos”. Celestino, ao lado do soldado, dizia que “batesse mais, que ele (...) pagaria bem pago ao soldado”. Manoel, “moido de pancadas”, pôde depois levar sua mulher até o Hospital Santa Cruz, em Itabuna, onde deu o testemunho ao jornal. Ao final da narrativa o editor pergunta: “quem pode dar jeito nessas barbaridades?.....”^{xiv}

Celestino Oliveira escreveu carta publicada na edição seguinte de *O Intransigente*. Nesta ele afirmou que era negociante em Roy, que esteve com o tropeiro em Itabuna para levá-lo à sua propriedade, que pagou a passagem para este e sua esposa (nada fala do filho), que tendo a esposa de Manoel passado mal, ele (Celestino) levou-a no dentista para fazer extração... em suas palavras: “dei-lhe tudo quanto precisava em relação a manutenção”. Afirmou que Manoel “se encontrava em situação financeira verdadeiramente difícil” e disse que quando ele decidiu ir para a fazenda administrada por Arquimedes (“e note-se que ele não me prestou satisfação alguma”), pediu que garantisse a restituição do seu dinheiro. Afirmou ainda que houve uma intimação do soldado para que o tropeiro comparecesse à sub-delegacia, “e qual não foi a sua surpresa quando o homemzinho respondeu-lhe ásperamente que não ia, pois não tinha satisfação a prestar e era senhor absoluto dos seus atos”. Afirmo ainda que não havia intenção de prisão, mas que foi assim que o tropeiro interpretou. Com ajuda de terceiros o homem foi levado à sub-delegacia onde acabou sendo preso pelas expressões faladas e grosserias cometidas. Prisão esta que teria sido realizada sem espancamento. Por fim,

Celestino afirma estar se defendendo de “calunias e injurias (...) dirigidas por um homem que não foi grato ao que lhe fiz”.^{xv}

Malgrada as contradições de ambas narrativas, o que quero ressaltar é que ainda existia uma noção muito paternalista de relação com o trabalhador. Observa-se que Celestino requeria satisfação e mesmo agradecimento por parte de Manoel. Parecia ser estranho que um tropeiro afirmasse ser “senhor absoluto de seu atos”, como também parecia ser normal constrangê-lo e agredi-lo porque este não se submeteu às suas vontades. Em todo caso, o mais importante é perceber como *O Intransigente* mobilizava a opinião pública contra a tradicional exploração do barracão e mesmo como chamava de “barbaridade” uma relação de trabalho baseada na força e na sobreposição do contratante. Este era um jornal cujo dono era um dos maiores coronéis da Região.

Aquela dominação senhorial ainda em voga já tinha seus críticos que agora se apresentavam como interlocutores da democracia. O caso de Manoel e Celestino devia figurar no leque de histórias que não deveriam se fazer mais presentes em uma sociedade que se queria moderna, civilizada e progressista. A crença no valor democrático devia ser o novo legitimador do poder de mando dos mesmos agentes hegemônicos. Era preciso substituir a dominação senhorial por uma pacto de poder onde figurava o artifício da soberania popular^{xvi}. Esta não é traduzível automaticamente para o conceito de democracia, podendo em nome dela, inclusive se construir estados de exceção, sítio, de plenos poderes ao executivo, elementos de cunho antidemocrático^{xvii}. Entretanto em Itabuna, o início da década de 1950 representava uma renovação da forma de fazer política. O poder tinha que ser legitimado pelo povo em eleição e, salvo Miguel Moreira, todos os políticos eram considerados técnicos, médicos e engenheiros.

Esta transição fica evidente, por exemplo, quando da emancipação do distrito de Ibicaraí do município de Itabuna. Em 17 de agosto de 1954 o governo estadual, através do *Diário Oficial*, nomeava o Cap. João Adolfo da Silva como “Gestor dos Negócios Municipais de Ibicaraí”. Em 31 de agosto o prefeito de Itabuna, Miguel Moreira impetrou “mandado de segurança contra o ato do Poder Executivo dêste Estado”^{xviii}. O coronel reivindicava o direito de Itabuna “por seu Prefeito e sua Câmara de Vereadores” administrar “o distrito de Ibicaraí, até ser instalado o novo município”, ou seja até que houvesse eleições para vereadores e prefeito. O secretário do interior e justiça, Oswaldo Washington Martins de Almeida, e o procurador geral da justiça, Rubem Nogueira, apresentaram informações e parecer, respectivamente, contrários ao pedido do prefeito itabunense. Mas o TJB aceitou o pedido da prefeitura e passou o controle de Ibicaraí ao município de Itabuna até as eleições^{xix}. Isto significava que o coronel estaria no poder

quando das eleições para Ibicaraí, podendo inclusive ser decisivo na eleição do primeiro prefeito daquela cidade. Em outros termos, a luta pela assenhoreamento e pelo poder não diminuía, ainda que a democracia passava a ser um intermediário necessário. Não bastava o carisma ou o poder de fogo do coronel. Miguel Moreira precisava se assegurar de seu domínio institucional naquele ex-distrito para organizar as eleições e poder assegurar seu mando através do voto legitimador.

A questão central neste debate é: seria preciso imaginar esta legitimação e pintá-la como real a partir das páginas dos jornais. Sobretudo porque o menosprezo ao voto, como legitimador de políticas para a república, se instaurava de duas formas na quebra de coerência deste pressuposto de dominação: a abstenção eleitoral e a venda de votos.

Na eleição de 1950, que elegeu Miguel Moreira, Regis Pacheco e Getúlio Vargas (prefeito, governador e presidente, respectivamente), o *Voz de Itabuna* afirmava que a “abstenção eleitoral [foi] verificada em Itabuna”^{xxx}. Uma variável que tinha contribuído muito nesta ausência de votantes para a eleição podia ser o clima de violência que se via nas ruas. Em março daquele ano o mesmo periódico afirmava que “cangaceiros” estavam vindo à Itabuna para engrossar as fileiras da eleição^{xxi}. Em outra edição do mesmo mês, se lê em primeira página “O comércio de armas em Itabuna”, onde se apresenta uma queixa sobre a circulação de arma branca e de fogo com grande liberdade pelas ruas da cidade. O editor pede providências “para que Itabuna não venha a ser teatro de crimes e desordens que leve o pânico e a intranquilidade à família itabunense”^{xxii}. O problema da violência eleitoral foi tão grande que o jornal ainda publicava em dezembro crônicas sobre o uso dos jagunços pelo coronelato local^{xxiii}.

Como se vê elementos das velhas práticas senhoriais estavam convivendo com a empresa de articulação democrática. O uso dos jagunços como cabos eleitorais era uma prova que mesmo as classes hegemônicas ainda viviam um momento de transição, de desconforto, mas de transito para a ideologia da democracia. É claro que a própria dimensão de democracia não era nem o referencial grego (ou ideal) e nem a experiência brasileira do pós 1988. Em parte ela ainda era vista como um protocolo para a permanência e manutenção do poder e como um ideal partilhado ao nível do discurso.

Para preencher este protocolo foi preciso durante grande parte da década de 1950, e de forma menos intensa no final desta, o uso de jagunços como cabos eleitorais. Era evidente que o armamento de políticos da oposição e da situação levasse a “família itabunense” ao “pânico”, como afirmava o *Voz de Itabuna*. Mas quero insistir que este pânico era compartilhado pela própria elite também, sobretudo por setores que buscavam uma renovação do quadro político local, especificamente para o setor que

legitimava as políticas hegemônicas locais a partir do discurso político dos jornais^{xxiv}. Em outras palavras, quero dizer que aqueles que compactuavam com aquele padrão político-discursivo mordenizador também ficavam inseguros porque se viam ameaçados pela onda de violência que podia ter nomes marcados para morrer ou porque toda esta violência negava uma representação de cidade cujos referenciais políticos republicanos e democráticos precisavam ser insistentemente reafirmados.

Porém eu creio que não apenas a violência eleitoral era a responsável pela abstenção. Quero formular aqui um pouco do debate sobre o valor do voto para o sujeito subalterno. O editor do *O Intransigente*, Ottoni, escreveu, em fevereiro de 1951 a crônica “eleitores de mil cruzeiros”. Segundo ele “conhecíamos diversas espécies de eleitores. O eleitor que tem uma roupa a tirar no alfaiate, o que falta o sapato, o que exige o chapéu e ainda o que se lembra de uma guarda-chuva”. Estes pareciam ser os tipos eleitores comuns, aqueles que trocavam seu voto por roupas, sapatos, chapel..., eleitores que para escolher o candidato a ser votado negociava objetos com estes. Mas Ottoni estava surpreso pois até então eles só trocavam objetos pelo voto: “mas, não conhecíamos, até domingo, eleitores tão caros assim, exigindo a troca do voto em espécie..... cruzeirinhos novos, estalando. Notas de 200 ou de 500 cruzeiros, a turma nem ligava”. Observa-se que o espanto de nosso jornalista não é com o fato de vender, mas de vender com preço tão alto. Pois, segundo ele, os eleitores só eram atraídos “apenas por notas de um mil cruzeiros”. Observemos o pequeno relato que ele nos dá:

Estavamos presentes á chegada de um cabo eleitoral conduzindo sob escolta quatro eleitores. Apresentou os ao representante de um deputado e entrou em negociações. O homem [o representante do deputado] estava pelos cabelos, com a exploração terrível e tinha a valise vasia. O que restavam eram dois mil cruzeiros para presentear. Isso mesmo ofereceu para os quatro eleitores. O cabo eleitoral se danou. 'Não está vendo logo, que esses eleitores, cidadãos honrados, conscientes, não vão dar seu voto pela migalha de \$500,00' Si o sr. não dá 4 mil, tem quem dê'..... e foi saindo..... e achou mesmo quem desse os 4 mil.....^{xxv}

Neste relato vê-se que o cabo eleitoral negocia não para o político e sim para o eleitor. Ele estava a pleitear um maior preço para seus eleitores e não a convencê-los para votar em um determinado político. Esta situação, que parece a inversa de uma cabo eleitoral, mostra como em grande medida o valor do voto, enquanto escolha do candidato, era pequeno perto da vantagem que se poderia tirar de sua venda. Em geral, as críticas aos sujeitos que vendem seus votos sempre pontuam o fato de “trocar o voto por preço de banana” (o que não foi o caso neste relato). Mas nesta crítica o eleitor que vende o voto é quem é depreciado por dar pouco valor ao seu direito de escolher quem o governará.

Eu queria abrir uma discordância. Precisamos ler neste fenômeno uma crítica do subalterno que dá pouco valor à democracia liberal e representativa. Votar para um político ou para seu opositor não parece alterar a situação e nem transformar a condição de subordinação. Quando se troca seu direito de escolha por um objeto ou por um favor, é a democracia que está sendo pouco valorizada. É como se mais valesse tirar algum proveito destes políticos, já que se tem a ideia que estes sempre tiram proveito dos eleitores. Como Ottoni diz, “eleitores de mil cruzeiros, felizes eleitores, que castigam quando podem os políticos, BOM DIA PARA VOCÊS”^{xxxvi}.

Era a democracia que parecia não ter grande valor participativo. Daí que não apenas a violência eleitoral era a motivadora da abstenção, mas também esse baixo valor dado à participação no jogo democrático. A cultura popular está repleta de casos sobre a depreciação do voto. Um interessante é o poema, atribuído ao poeta mineiro Pompílio Diniz, sobre o dia da eleição. Neste, o narrador mostra que na época da ditadura o povo das roças só iam para a “festa” do dia da eleição para “tirar a barriga da fome/ depois votá por votá/ e do voto que a gente dá/ só se aproveita o que come”^{xxxvii}.

O que estamos a exprimir quando olhamos o poder excedente ou carente dos coronéis, quando descobrimos um representação democrática que vestia e criticava o paternalismo e, finalmente, quando associamos estas à uma cultura subversiva dos grupos subalternizados? Creio que as lutas contra um sistema de exploração não se faça apenas na fileira dos mobilizados de esquerda. Existe e existiu certos constrangimentos ao poder e às normas vigentes que vieram de uma não adequação formal (no sentido das práticas que aprendemos com Michel de Certeau) de grupos que à margem do mando, também não obedeciam e nem se reformavam para aceitar o capitalismo.

Quero dizer, com isto, que se, por um lado, sabemos que as lutas de esquerda tiveram grande impacto em certas reformas e transformações do capitalismo, as práticas subalternas em sua cotidianidade e distância ao engajamento formal da democracia liberal, possibilitaram insuficiências nas formas de gestão do poder. Constrangeram e impediram a manutenção de ordens vindas de cima. Deste modo não podemos nós historiadores buscar uma tradição que olhe apenas para aqueles cujas obras sistematicamente estiveram voltadas para a transformação da sociedade. A tradição dos oprimidos deve nos ensinar que aqueles que apenas viveram sob a subordinação e a enfrentaram na banalidade devem ser também nossos referenciais políticos. Precisamos aprender com eles e uma vez mais fazer história para que os mortos de ontem possam dormir em paz ao ver nossas lutas de hoje!

*Graduação (UESC, 2008) e mestrado (UFBA, 2010) em história, atualmente professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: erahsto@yahoo.com.br.

i CARVALHO, Philipe Murilo Santana de. Nas franjas dos coronéis: histórias de insubordinação de trabalhadores na região sul da Bahia (1915-1930). In: *Simpósio Nacional de História*. História e ética: simpósios temáticos e resumos do XX Simpósio Nacional de História, Fortaleza, CE, 12 a 17 de julho de 2009. Fortaleza, 2009, p. 206.

ii FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá/Centro Editorial Didático da UFBA, 1995, p. 92.

iii ROCHA, Lurdes Bertol. *O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados*. Ilhéus: Editus, 2003, p. 44.

iv SOUSA, Antonio Pereira. Tempos e temporalidades em Terras do Sem Fim de Jorge Amado. In: *Especiaria* – Revista da UESC/Universidade Estadual de Santa Cruz. Ano 4, nº 7. Ilhéus: Editus, 2001, p. 102, 93, 107 e 106, respectivamente.

v SANTOS, Eduardo. São Pedro: aforamento, mecanismo de apropriação e experiências de moradia (1965-1995). In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de dezembro de 2008. São Paulo: USP, 2008, p. 02 e 03.

vi FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul*, Ilhéus 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.

vii CARVALHO, op. cit., p. 10.

viii MOURA, Gissele Raline da Cunha Fernandes. *Capoeiras, valientes e construção de territórios: criminalização e modernidade em Itabuna na década de 1950*. Universidade Estadual de Santa Cruz, curso de licenciatura em história. Monografia de conclusão de curso. Orientadora: Prof. Msc.Kátia Vinhático Pontes. Ilhéus: 2007, p. 26-8

ix CARVALHO, op cit., p. 09.

x Para um debate sobre o medo como articulação subalterna ver *Só de pão: signos de violência em meados do século dezenove* (capítulo X) em BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 274-291.

xi Sousa, Erahsto Felício de. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)* / Erahsto Felício de Sousa; orientadora Edilece Souza Couto. Salvador: UFBA, 2010, p. 24-70.

xii LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, programa de pós-graduação em História. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira. Salvador: 2007, p. 67.

xiii APMIJD. *Voz de Itabuna*, 18.03.1950, p. 04.

xiv CEDOC/UESC. *O Intransigente*, 14.04.1951, p. 04.

xv CEDOC/UESC. *O Intransigente*, 20.04.1951, p. 02.

xvi Segundo o historiador indiano Partha Chatterjee, “mesmo os regimes totalitários mais antidemocráticos têm de reclamar legitimidade (...) sobre o desejo do povo, qualquer que seja a forma pela qual esse desejo se expresse. Autocracias, ditaduras militares, regimes de partido único – todos governam, ou afirmam governar, em nome do povo”. CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004, p. 99.

xvii O estado de exceção dos estados modernos, segundo Giorio Agamben, se produz sempre numa legitimação da defesa do povo, mesmo nos regimes considerados democráticos. Ver AGAMBEN, Giorio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 21 e 22.

xviii APEB. Arquivo Republicano. Seção Judiciária. Auto Cíveis 1. Documento 112/9/2, p. 02.

xix Ibidem, p. verso da 03, 10-6 e 19-20.

xx APMIJD. *Voz de Itabuna*, 20.09.1950, p. 04.

xxi APMIJD. *Voz de Itabuna*, 18.03.1950, p. 04.

xxii APMIJD. *Voz de Itabuna*, 25.03.1950, p. 01.

xxiii APMIJD. *Voz de Itabuna*, 02.12.1950, p. 01.

xxiv Agradeço aqui a sugestão de Gissele Moura de que o pânico e o medo são sentidos também pela própria elite que os forja para dominar os subalternos.

xxv CEDOC/UESC. 24.02.1951, p. 02.

xxvi Ibidem.

xxvii Ver http://miguellucena.zip.net/arch2008-09-28_2008-10-04.html, <http://www.luizberto.com/?p=9828> ou http://eginaldesjogoaberto.zip.net/arch2008-10-01_2008-10-31.html, acesso em 25 de agosto de 2008.